

**Professora Leonor Moniz Pereira**

Professora catedrática da Faculdade de Motricidade Humana, no Departamento de Educação Especial e Reabilitação. Membro da Direcção do Centro Interdisciplinar A Performance Humana. Representante portuguesa no ICEVI (International Council for the Education of People with Visual Impairment)

Quais são as competências, saberes e conhecimentos básicos que os jovens devem ter quando terminam o ensino básico?

Há dois tipos de saberes básicos. Uns relacionados com a autonomia no sentido de tomar decisões (capacidade crítica para analisar o envolvimento e escolher o que é melhor para si) e não só no sentido de ser autónomo fisicamente. E isto é muito importante sobretudo por causa da publicidade, que leva muitas vezes as pessoas a fazerem coisas sem pensarem bem. Penso que a escola não tem estado preparada para responder a essa necessidade de auto-defesa, dando aos jovens sentido crítica, capacidade de distanciamento e de análise da situação. Depois há conhecimento científico básico que toda a gente deveria desenvolver, mas esse, mais tradicional, a escola nunca descurou.

Que tipo de mecanismos e de instrumentos é que se poderiam desenvolver nas escolas para ajudar os alunos a ter essas competências menos tradicionais relacionadas com a capacidade de escolher e de ter sentido crítico?

De duas maneiras fundamentais. Uma aprendizagem a partir do quotidiano com discussões e debates (com consequências para a educação para a cidadania), porque as crianças e jovens têm muito a tendência para copiar os estereótipos que vêm na televisão. Porque vêm as telenovelas, pensam que é muito fácil resolver problemas complicados. Acham que pode experimentar tudo e depois logo se vê qual é que é a resolução para os problemas; não pensam antes. Eu noto muito isso com os meus alunos que entram na Universidade; fazem o trabalho e logo se vê. Ou seja, não se mede o perigo antes, nem as vantagens ou desvantagens.

Qual deveria ser o papel das famílias nesse processo?

As famílias deveriam passar a participar mais no acto educativo também nesse sentido, mas para isso tem de haver uma sintonia com a escola, que não existe. A verdade é que, por exemplo, os pais trabalham ambos e as mães portuguesas têm menos tempo para dedicar à escola do que as de outros países, que podem dar uma ou duas horas por semana à escola. Mas alguma coisa se deveria tentar nesse sentido, nem que fosse através de um programa cultural da comunidade que fosse mais integrado, com os mesmos objectivos culturais da escola. Nós temos muitas iniciativas, mas que são parcelares. Não se pode dizer que a escola não faz; muitas escolas fazem. Só que a escola tem uma iniciativa que é desarticulada com o que se faz na Câmara Municipal e outras instituições. E mesmo as iniciativas de agrupamentos de escolas são dificultadas porque muitas vezes os transportes são difíceis e não se circula entre elas sem ser de carro. As diferentes vertentes que fazem com que numa determinada zona se possa trabalhar em comum têm que ser analisadas em comum e mais centralizadas, mas com

competências e com financiamento. O mesmo acontece no caso da educação especial: as medidas existem, só que estão desarticuladas.

O que é que é preciso dinamizar para melhorar o ensino especial?

Primeiro introduzir um plano de acção que vise a diversidade, para além da dinamização do ensino e da análise do processo de ensino e aprendizagem. Esse plano deve ser integrado na escola, para responder às necessidades daquela criança e às necessidades do grupo todo. Mas não de uma forma como se tem vindo a fazer que é negar a diferença. Antigamente havia dois sistemas que se encontravam se queriam. Agora pôs-se tudo na escola regular e acabou-se com esse sistema, negou-se a diferença das necessidades específicas nesses grupos. E essas necessidades específicas podem ser um olhar diferente para o mundo escolar. Por exemplo, não basta passar um livro para um formato tecnológico de leitura adaptado a pessoas cegas. Se só se passa o livro e não se passam as fichas de trabalho, funciona como complemento de estudo, mas não permite a realização das fichas. Isto não está pensado! As coisas estão mal integradas, desde o programa até estas coisas simples. A adaptação curricular é feita ao critério do professor de apoio, sem grandes directivas. Quando existem directivas, elas são ao nível das competências muito básicas, ao nível dos primeiros dois ou três anos de escolaridade. Os alunos que avançarem ficam à consideração dos professores de apoio, quando os programas deveriam ter exemplos de adaptação e sugestões de actividade. Para haver algum critério que permita dizer que se está a cumprir o que é exigido e que garanta uma uniformidade a nível nacional. Há alunos que ficam com um desenvolvimento muito abaixo daquilo com que deveriam ficar. Porque não há medidas de comparação.

Isso implicava também a utilização dos mesmos manuais escolares durante mais tempo?

Exactamente. Mas com uma diversidade tão grande de alunos, também teria que se pensar melhor nos manuais. Penso que os manuais são cada vez menos acessíveis e não facilitam quando há necessidades de aprendizagem. Por exemplo, as fotografias e os esquemas não são acompanhados por uma descrição. Parte-se do princípio de que nós olhamos para um esquema e o interpretamos todos da mesma maneira, o que não é verdade, porque não damos valor aos mesmos elementos. Os manuais não só são maus por causa da necessidade para passar a outro código; são mesmo maus no sentido em que fizeram uma simplificação que não é real e que não corresponde ao que é preciso para uma pessoa com deficiência mental aprender.

E essas dificuldades também se aplicam às minorias étnicas?

Exactamente. De certeza absoluta que as minorias étnicas não olham para a figura da mesma maneira. O contexto cultural e a valorização de determinados aspectos da representação não são iguais aos nossos. Isso condiciona os resultados da aprendizagem. Portanto, deveria ser obrigatório melhorar os manuais, identificando o que é que é preciso saber mesmo em termos de raciocínio, em termos de sentido crítico e em termos de autonomia.

No fundo, está a propor um plano de metas a atingir a nível nacional, em que cada escola definisse a melhor maneira de o concretizar?

Sim, mas teria de haver mais qualquer coisa. Por exemplo, a maneira de darmos aulas. Porque duas vezes 45 minutos ou uma hora e meia não é a mesma coisa. Se pensarmos na educação física, sabemos que treinar todos os dias meia hora, ou treinar um hora e pouco duas vezes por semana é diferente, muda completamente o rendimento, embora o número de horas seja o mesmo. E se isso acontece na actividade motora também acontece na expressão escrita e até no cálculo. Também precisamos de definir o que é que é estruturante e o que é que é básico, que precise de ser trabalhado com um ritmo sistemático. A escolaridade obrigatória tem que fazer com que os jovens fiquem a saber bem esses conhecimentos estruturantes.

Que factores é que condicionam a aprendizagem, para além da questão da diversidade, dos currículos e dos manuais?

A maneira como a sociedade vê a escola. A motivação que os pais têm ou não. Se nós não exigirmos qualidade dos serviços e cumprimentos de prazos, as pessoas não vão perceber para que é que serve a educação. A qualidade de um serviço é determinante para as pessoas perceberem que faz falta aprender qualquer coisa e a diferença entre fazer bem e fazer mal feito. Os próprios pais têm uma cultura muito baixa. E a escola preocupou-se muito em que os alunos percebam, mas depois tem que se levar o aluno a aperfeiçoar aquilo que aprendeu, a ser capaz de reflectir e a perceber as limitações daquilo que está a fazer.

Como é que essas competências poderiam ser aferidas?

Eu acho que nós passámos de um extremo ao outro. Quando eu andava na escola, havia muitos exames. Depois passou-se para um sistema em que só se trabalhava a memória a curto prazo, em função dos testes. Trabalha-se tudo por igual em vez de se insistir em aspectos determinantes, por exemplo na construção da língua ou na matemática.

Admite a possibilidade da gestão da escola ser feita por profissionais exteriores à escola?

Não acho isso nada bem. Admito que a nossa (das escolas) gestão às vezes é um pouco “caseira”, mas também depende muito da autonomia que a escola tiver. Um gestor que consiga gerir as telecomunicações ou o ensino... desconfio muito dessa solução. A não ser que seja uma pessoa que se interesse, que tenha uma grande sensibilidade. Há excepções. Impossível não é, mas não acredito que seja possível em relação à maioria.

Como é que gostaria que fosse a escola portuguesa daqui a dez anos?

Eu gostaria que houvesse planos mais integrados de intervenção, sobretudo por causa da tal qualidade. Há muitos professores que se desmotivam por causa do desgaste. O esforço é tão grande para fazer tantas coisas, e como tem sempre que se voltar ao início todos os anos... Falta um base de sustentação, como é o tronco no corpo humano. Temos normas no Ministério – uma cabeça – e temos mãos e pés – que são as escolas. Depois falta o resto! É preciso discutir a operacionalização, o fazer. Por isso, é natural que a escola tenha poucos resultados próprios.

A questão da avaliação das escolas é importante?

Para fazer como tem sido feita nas universidades?... Serviu para muito pouco. Porque os resultados que eram bons serviram para pôr em prática coisa nenhuma! Mal ou bem, fez-se, conhecendo as vantagens e os inconvenientes. Mas o que é que se muda com base nisso? Como é que se tomam decisões com base nisso?

Há mais alguma coisa que gostasse de focar na tentativa de responder à questão: como vamos melhorar a educação?

A questão central é a de estabelecer redes de escolas, com centros de recursos, com a comunidade local e redes de retaguarda para construir o tal corpo. Acredito muito que a escola e a comunidade local têm de trabalhar mais, ter mais deveres, mas também mais autonomia, financeira e administrativa, dentro das metas do tal plano claramente definido com metas a atingir, discutindo-se o que está bem e o que está mal. Nós gostamos pouco de fazer esta discussão porque nos sentimos postos em causa. Mas ninguém está a duvidar de que estamos a fazer o nosso melhor, mas há, por exemplo, problemas que nos apareceram e que nós não tínhamos previsto. Por isso as coisas não foram bem feitas e têm de ser mudadas. Ao nível da educação especial nós precisamos de ter uma intervenção individualizada, também nas zonas mais críticas do país, com um centro de retaguarda que estude as questões e que disponibilize materiais. Neste campo, as tecnologias podem ser fundamentais.